

CONTINUIDADE E TRANSFORMAÇÃO NO EGITO NO PÓS-PRIMAVERA ÁRABE: UMA NOVA TRAJETÓRIA DE POLÍTICA EXTERNA?

Continuity and transformation in post-Arab Spring Egypt:
A new foreign policy path?

*Isadora Loreto da Silveira*¹

A derrubada de Hosni Mubarak

Desde 2005, o Egito já convivia com manifestações massivas da população. Nesse ano, o *Kefaya*, (Movimento Egípcio pela Mudança), criado em 2004, reunindo opositores do regime de diversas correntes ideológicas, realizou a maior manifestação anti-Mubarak até então. Dias depois, o então presidente anunciou que buscaria realizar uma emenda na Constituição para que, a partir de 2005, mais de um candidato pudesse concorrer à presidência e houvesse eleições diretas². A emenda constitucional acerca das eleições foi aprovada por meio de um referendo, mas considerada insuficiente e, em março, a Irmandade Muçulmana, organizou um novo protesto por maiores reformas políticas, ao qual o *Kefaya* e outros grupos se juntaram.

Diversos líderes da Irmandade foram presos após o grupo ter assumido uma conduta de confrontação mais direta com o governo e, na eleição presidencial de novembro de 2005, da qual Mubarak saiu vitorioso, candidatos de diferentes partidos tiveram suas candidaturas anuladas. Houve, então, um significativo aprofundamento da perda de confiança no sistema eleitoral, que muitos egípcios acreditaram ter sido particularmente manipulado em favor de partidários do regime nessas eleições.

¹ Graduada em Relações Internacionais pela UFRGS e mestranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS. E-mail: isadorasilveira@gmail.com.

² Anteriormente um candidato era indicado pelo parlamento - dominado pelo Partido Democrático Nacional, liderado por Mubarak - e aprovado ou rejeitado por meio de um referendo.

Em 2006, ocorreu uma greve dos trabalhadores da indústria têxtil, na qual milhares de pessoas protestaram contra os baixos salários e contra o aumento crescente do preço dos alimentos. Desde o governo de Sadat, o subsídio aos *fellahin* (camponeses egípcios) produtores de trigo fora gradualmente retirado, como parte da política de abertura econômica. Ao longo do governo Mubarak, a importação de trigo dos EUA cresceu de maneira significativa e, em 2010, o Egito era o maior importador de trigo do mundo. Contudo, ao longo dos anos 2000, ocorreu uma série de protestos, conhecida como “intifada do pão”, devido à alta do preço do alimento e à sua escassez. Em 2010, com a alta mundial dos preços do trigo, o equilíbrio da “democracia do pão”³ foi rompido no Norte da África. Mubarak ainda tentou reverter a situação, aumentando os subsídios, mas já era tarde demais. Aliado a isso, o crescimento da população jovem no Egito nas últimas décadas expôs problemas estruturais, como uma profunda desigualdade de renda, gerada pela adoção de medidas neoliberais, e o alto nível de desemprego.

A percepção da população de falta de um projeto nacional, com forte oposição à orientação da política externa do país, aliada a condições socioeconômicas declinantes, geraram frustração e revolta em relação ao regime. Ademais, a autoridade política, diante de uma população jovem, mostrava sinais de “envelhecimento”, defendendo posições ultrapassadas, apresentando um forte ímpeto centralizador e se distanciando cada vez mais da população. Nesse sentido, a presidência enquanto instituição, que sob Nasser e Sadat havia sido um centro dinâmico de governança, ligado a conselheiros notáveis e a intelectuais, os quais integravam diferentes *thinktanks* do país, tornou-se uma simples estrutura administrativa ao redor do presidente. A mesma decadência atingiu outras instituições, como as estruturas administrativas do governo e o setor público, sob a forma de letargia e corrupção, e até mesmo os serviços de inteligência e as Forças Armadas, que tinham sua atuação cada vez mais restringida pelo presidente (OSMAN, 2010).

³ Termo cunhado pelo acadêmico tunisiano Larbi Sadiki para designar regimes políticos que se apoiam em subsídios sobre alimentos para assegurar a estabilidade (CIEZADLO, 2011).

A tentativa de inclusão da figura do filho de Hosni Mubarak, Gamal Mubarak, e de seu grupo de jovens capitalistas liberais bem-educados no cenário político egípcio tinha por objetivo sinalizar um “rejuvenescimento” do regime. Todavia, as opções desse grupo eram limitadas, uma vez que não seria possível utilizar essas instituições desacreditadas como instrumentos para uma renovação verdadeira (OSMAN, 2010). Essa nova elite capitalista sabia que, em eleições livres, o governista Partido Democrático Nacional (PDN) seria derrotado. Nas eleições parlamentares de 2010, o PDN obteve 93% dos assentos. Nela, os candidatos da Irmandade Muçulmana⁴ tiveram que concorrer como independentes, e muitos foram banidos ou presos durante as eleições.

Entre 25 de janeiro e 11 de fevereiro de 2011, o descontentamento com o regime de Mubarak, que já havia ocasionalmente explodido em manifestações nas ruas nos últimos anos, reacendeu quando os egípcios assistiram aos tunisianos se levantando contra o presidente Ben Ali e derrubando-o. Multidões cada vez maiores se reuniram na Praça Tahrir, no centro do Cairo, e em outras cidades, e, depois de vários sinais confusos do regime diante das mobilizações e de surtos de violência envolvendo as forças de segurança do Estado, oficiais do alto escalão do exército egípcio passaram a apoiar os manifestantes. Com a desagregação de uma importante base de apoio, Mubarak embarcaria em um avião para Sharm el-Sheik, deixando o cargo de presidente e o Cairo para trás (SORENSEN, 2011).

Quando os protestos de 2011 começaram, Mubarak enviou Mohammed Hussein Tantawi, chefe do Conselho Superior Militar do Egito – e, mais tarde, do Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA), a Washington em busca de apoio ao seu regime.

⁴ Ao longo dos anos 2000, o grupo procurou demonstrar ser moderado em suas posições, visando a melhorar sua imagem diante do Ocidente. Nesse sentido, em 2005, o grupo publicou um documento intitulado “Reapresentando a Irmandade ao Ocidente”. A Irmandade deixou de defender um Estado islâmico, para defender um Estado civil e democrático, de referência islâmica. Apesar disso, a política dos EUA para o Egito seguiu marcada pelo temor de que islamitas chegassem ao poder. Os Estados Unidos apoiaram ativamente o regime de Mubarak e assentiram a campanhas de repressão contra a Irmandade Muçulmana. Em março de 2008, durante o que muitos observadores consideraram o pior período de repressão anti-Irmandade desde os anos 1960, a então secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, anulou uma redução de US\$ 100 milhões na ajuda militar destinada ao Egito pelo Congresso estadunidense (HAMID, 2011, HAMID, 2008).

Para os EUA, uma vez que a queda de Mubarak se tornou inevitável, o regime tinha de ser mantido e o clamor público, silenciado lentamente. Os militares egípcios, fortemente financiados pelos EUA, deveriam se empenhar para isso, mas tinham que ser pressionados. O Subsecretário de Estado para Assuntos Políticos do Departamento de Estado, Bill Burns, e o diretor sênior do Conselho de Segurança Nacional, David Lipton, viajaram às pressas para o Cairo para demonstrar apoio a figuras centrais do regime, como Tantawi.

Com a intensificação dos protestos pedindo pela sua resignação, Mubarak recorreu a Omar Suleiman para conduzir as negociações com seus opositores. Mais tarde, no dia 29 de janeiro, ele o encarregou de um último esforço para reorganizar o governo, nomeando chefe da inteligência para o posto, há muito vago, de vice-presidente. A medida não teve resultado e, em 11 de fevereiro de 2011, Suleiman anunciou que Mubarak havia resignando e entregado o poder interino para o Conselho Supremo das Forças Armadas. Em julho de 2012, Suleiman, considerado a “caixa preta” do regime de Mubarak, morreria em um hospital nos EUA, apesar de nenhuma informação indicando que ele estaria fazendo um tratamento médico ou com problemas de saúde ter sido divulgada.

O período de transição e a presidência de Mohamed Morsi

Em 10 de fevereiro de 2011, o Conselho Supremo das Forças Armadas reuniu-se pela primeira vez sem seu presidente, o ex-presidente Hosni Mubarak, e emitiu um comunicado indicando que ele se preparava para transferir seus poderes aos militares. Essa declaração do Conselho sinalizando a transição de poder assegurou ao público egípcio que ele permaneceria em sessão contínua para garantir a proteção das pessoas e a ordem, e que iria apoiar as demandas dos manifestantes. Em 11 de fevereiro, o CSFA - que existia desde a presidência de Sadat, mas com atuação restrita, não tomando decisões autônomas – assumiu o governo egípcio. À medida que a transição avançou, o Conselho passou a emitir declarações contraditórias e de cunho político, minando a sua imagem enquanto defensor das aspirações revolucionárias da população.

Em de março de 2011, o CSFA realizou um referendo sobre emendas constitucionais, entre as quais a redução do limite de reeleição presidencial para dois termos de quatro anos, as quais foram aprovadas. O novo documento iria fornecer um quadro jurídico para a governança até as eleições parlamentares. O calendário para eleições parlamentares e presidenciais, porém, foi polêmico desde o início e as datas foram canceladas e redefinidas diversas vezes. O Conselho prometeu levantar o estado de emergência, vigente desde 1981, antes das eleições parlamentares, o que, todavia, não ocorreu. O projeto de emenda constitucional divulgado pelo CSFA, em novembro de 2011, gerou particular preocupação, pois delineava princípios supraconstitucionais que poderiam conferir-lhe o direito de fiscalizar o seu próprio orçamento militar e uma forte influência política sobre o próximo governo e a nova Constituição a ser criada.

Em janeiro de 2012, as eleições parlamentares tiveram como resultado a conquista de 47,2% dos assentos pelo Partido da Liberdade e Justiça (partido político da Irmandade Muçulmana criado em 2011), seguido pelo partido salafista al-Nour, com 24,3%, e pelo Novo *Wafd*, com 7,6% (EGYPT'S..., 2012). Antes de o resultado dos dois turnos das eleições presidenciais ser divulgado, o Conselho anunciou a adoção de uma “Declaração Constitucional Complementar”, que definia que as Forças Armadas teriam autonomia total em assuntos militares e que não mais seriam subordinados ao presidente. Ademais, o Conselho dissolveu a câmara baixa do Parlamento (a Assembleia do Povo), composta majoritariamente por membros da Irmandade Muçulmana, e assumiu os poderes legislativos. Finalmente, em junho, foi anunciada a vitória do candidato da Irmandade Muçulmana, Mohamed Morsi, sobre o ex-primeiro ministro de Mubarak, Ahmed Shafiq, com 51,7% dos votos. Morsi assumiu a presidência no dia 30 de junho de 2012 (EL SHARNOUBI, 2013).

Em Memorando de Planejamento de Contingência publicado pelo *Council on Foreign Relations* em 2009, Steven Cook (2009) já identificava a possibilidade de a instabilidade política crescente no Egito devido à questão da sucessão de Mubarak gerar dois cenários: a tentativa islamita de conquistar poder político; e a possibilidade de uma intervenção das Forças Armadas, caso um civil que pusesse em risco a ligação entre os militares e a presidência sucedesse Mubarak. Se houvesse a

intervenção do Exército, o autor ressalta que isso poderia gerar forte oposição, mas que tal oposição acabaria beneficiando os militares, que teriam uma justificativa para se manter na arena política (COOK, 2009).

Ademais, o memorando prevê que, ainda que Washington pudesse se adaptar de forma relativamente rápida a uma nova liderança militar, a sucessão de Hosni Mubarak poderia levar à presidência um líder que não estivesse disposto a continuar defendendo os interesses estadunidenses na região por meio de iniciativas extremamente impopulares domesticamente. Nesse sentido, diversos acordos na área de segurança com os EUA e Israel estariam em risco, sobretudo se um islamita chegasse ao poder. Cook acreditava que, com a eventual sucessão de Mubarak por um líder de orientação islâmica, os EUA poderiam perder o acesso ao Canal de Suez, sofrer com o possível impulso aos movimentos islamitas de outros aliados na região e, até mesmo, testemunhar a revogação do tratado de paz com Israel (COOK, 2009).

Ambos os cenários descritos por Cook acabaram se tornando realidade - ainda que não com todos os desdobramentos previstos - entre 2011 e 2013. Nesse sentido, com a eleição de Morsi, os EUA, os militares egípcios e as forças políticas leais ao regime de Mubarak atuaram como estabilizadores, buscando diminuir a margem de manobra do presidente e impedir alterações na política externa do Cairo. Dessa forma, Mohamed Morsi procurou neutralizar a atuação política das Forças Armadas e demonstrou a intenção de perseguir uma política exterior mais autônoma e diversificada, assim como de retomar o papel de liderança na região. Pouco mais de uma semana após sua posse, Morsi declarou que a Assembleia do Povo seria reaberta, mas acabou tendo que desistir da reabertura devido à pressão da Suprema Corte Constitucional (SCC).

O Conselho da Shura é um órgão consultivo que só se manifesta acerca de questões e propostas de lei sugeridas pelo presidente e pelo governo. No entanto, quando a SCC dissolveu a Assembleia do Povo, em 2012, o seu papel foi ampliado para incluir competência legislativa plena. Ainda, a Declaração Constitucional do presidente Morsi em novembro de 2012 desafiou a autoridade da SCC, removendo seu poder de decisão sobre a legitimidade de todas as leis e decretos emitidos por ele até que fosse

ratificada uma nova Constituição e ocorressem eleições legislativas, e impedindo a dissolução da Assembleia Constituinte e do Conselho da Shura. No dia 30 de novembro, houve manifestações de descontentamento entre a população quando a Assembleia Constituinte, apressadamente, aprovou um projeto de Constituição – apesar do boicote de liberais, secularistas e da Igreja Copta – após o anúncio da SCC de que o órgão decidiria se o painel Constituinte deveria ser dissolvido ou não.

Após a aprovação da nova Constituição, por referendo popular, em dezembro de 2012, com 63,8% dos votos a favor (LAUB, 2013), sendo que apenas 32% dos eleitores votaram (STAMBOLIYSKA, 2012), o presidente promulgou uma lei convocando eleições para a Assembleia do Povo, com início previsto para abril de 2013. Todavia, em março, o Tribunal Administrativo do Cairo declarou que a lei eleitoral precisaria ser revista pela Suprema Corte Constitucional (SCC). Morsi declarou que respeitaria a decisão, e a SCC determinou que a lei não estava em conformidade com a nova Constituição. Em junho de 2013, a SCC determinou que a Assembleia Constituinte e o Conselho da Shura - câmara alta do Parlamento dominada por islamitas –, que havia sido eleito no início de 2012, tivera sua eleição baseada em uma lei eleitoral inconstitucional. O tribunal determinou que o Conselho Consultivo (ou Conselho da Shura) poderia continuar a funcionar até a eleição de uma nova Assembleia do Povo, mas analistas consideraram que a decisão iria afetar a legitimidade de quaisquer leis que fossem aprovadas.

Ademais, em agosto de 2012, depois de dezesseis soldados egípcios serem mortos na Península do Sinai, Morsi aproveitou a conjuntura para tentar diminuir a influência de militares no governo e consolidar o poder da Irmandade por meio da aposentadoria compulsória de figuras importantes. Oficiais militares do alto escalão, incluindo Tantawi, que após a eleição de Morsi ficara no posto de ministro da Defesa, e o Chefe do Estado-Maior do Exército, Sani Hafez Anan, foram aposentados. Abdel Fatah al-Sisi foi nomeado como o novo ministro da Defesa e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas.

Apesar de diversas dificuldades institucionais e da pressão dos EUA e dos militares sobre o novo governo, Morsi procurou demonstrar que os objetivos de política

externa definidos na sua plataforma política seriam perseguidos. A visão de Morsi e da Irmandade sobre a política exterior egípcia estava presente no Projeto de Renascença (*Nahda*), sua plataforma eleitoral. O projeto defendia que o Egito recuperasse sua imagem e seu papel de liderança na região e internacionalmente, por meio da promoção da segurança nacional, árabe e do Golfo e da expansão da cooperação árabe-islâmica; do estabelecimento de relações baseadas na igualdade e em interesses comuns, e não na dominação e dependência; e da diversificação da rede de relações internacionais com países africanos, asiáticos e ocidentais (DR. MORSI'S..., 2012).

Ademais, o cumprimento de obrigações internacionais, aliado à defesa dos direitos dos palestinos, incluindo um Estado independente e soberano, de acordo com as resoluções da ONU, e o fim da agressão e das violações do direito internacional, seria a marca da nova política externa na região. Nesse sentido, o ataque israelense à Faixa de Gaza em novembro de 2012 foi recebido com uma rápida reação do Cairo. Morsi se envolveu diretamente com o processo de mediação do cessar-fogo entre Israel e o Hamas, demonstrando ao povo egípcio que não daria continuidade ao “neutralismo positivo” em relação a Israel e, aos EUA, que respeitaria o tratado de paz com Israel e que continuaria a agir como mediador do conflito.

Nesse contexto, Immanuel Wallerstein (2012) indicou que a chegada da Irmandade Muçulmana ao poder no Egito poderia permitir que o país retomasse seu lugar como principal Estado do mundo árabe, deixando a Arábia Saudita em segundo plano. Ainda segundo Wallerstein, uma vez que o principal objetivo do Egito no pós-Primavera Árabe seria o reestabelecimento da sua liderança, o regime buscaria reajustar suas relações com a Palestina, mas sem romper fortemente com os EUA.

Por sua vez, MehmetÖzkan (2013) viu na presidência de Morsi a possibilidade de o Egito voltar a exercer a influência e a liderança política e intelectual dos anos 1950 e 1960 na região, após a perda de tal influência ao longo das presidências de Sadat e Mubarak. Para Özkan, o Egito de Morsi estaria buscando reequilibrar de forma coerente a sua tripla identidade (árabe, africana e europeia/ocidental – através do Mediterrâneo), de maneira a formular uma política externa forte e sustentável, retomando sua posição estratégica.

Para Al-Sayed Amin Shalabi (2013), ao se analisar o escopo de interesses externos do Egito sob Morsi, é possível identificar semelhanças com a Revolução de 1952. Em ambos os casos a diplomacia do país centrou-se nas frentes árabe, africana e islâmica. O Egito de Morsi, para o autor, assim como a Revolução de 1952, visava ao estabelecimento de um conjunto equilibrado e diversificado de relações internacionais (o que o próprio Mubarak tentara fazer no início de seu governo), voltado para atender as necessidades internas do país.

Ademais, Shalabi(2013)ressalta que Morsi parecia estar revertendo o quadro de indiferença em relação à África demonstrada por Mubarak, o qual não comparecia a diversos eventos do continente. Nesse sentido, o próprio discurso de Morsi na 67ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2012, explicitou a intenção de retomada da ideia dos “círculos nasseristas”:

O Novo Egito está determinado a recuperar sua posição entre as nações e assumir um papel efetivo nas questões globais, emanando da vontade de seu povo, bem como da legitimidade em que se funda o seu regime. Esta vontade está enraizada na História antiga e moderna do Egito, em suas esferas árabe e islâmica, bem como na sua identidade africana. O envolvimento do Egito em assuntos árabes, islâmicos e africanos é o reflexo do papel essencial que desempenha na defesa de destinos interconectados e de interesses e valores interligados (MORSY, 2012, p. 3, tradução nossa)⁵.

Diversas ações do governo egípcio nesse momento apontaram para uma forte intenção de alterar os rumos da política exterior do período anterior. As visitas presidenciais dos primeiros meses de governo incluíram países como Etiópia, Sudão, Arábia Saudita, Irã, Turquia, China, Alemanha, Itália e Brasil (SHALABI, 2013). O primeiro destino de Morsi fora do mundo árabe foi a China, para onde foi acompanhado por sete ministros e uma delegação comercial com 80 membros (ÖZKAN, 2013). No caminho de volta da China, Morsi também fez uma visita ao Irã, para entregar a presidência do Movimento dos Países Não-Alinhados ao país na reunião do grupo. Ainda que a visita não tenha resultado em uma restauração das relações diplomáticas bilaterais entre os dois países, ela foi a primeira de um presidente egípcio desde a Revolução de 1979. A visita de Morsi, assim, foi recebida muito positivamente por

⁵ Do original em inglês.

Teerã e vista como um importante apoio diplomático para combater as sanções econômicas capitaneadas pelos EUA, além de seu isolamento diplomático(WENPING, 2012).

A visita ao Irã representou também uma maneira de dizer aos países do Golfo que o Egito não iria simplesmente cumprir os seus desejos e aceitar uma posição inferior. A relação mais estreita com o Irã, portanto, poderia permitir a Morsi demonstrar que a abordagem e os valores diplomáticos do novo Egito seriam diferentes daqueles do antigo regime. Essa escolha mostraria que o novo governo tinha como objetivo contribuir para a segurança e a estabilidade no Oriente Médio por meio de políticas diferentes das do seu antecessor (WENPING, 2012).

De acordo com a análise de He Wenping (2012), Morsi estaria buscando estabelecer um equilíbrio, realizando uma espécie de diplomacia pendular entre as monarquias do Golfo e países como Irã e Turquia, e entre EUA e China. Buscando aumentar seu envolvimento em questões regionais e o perfil de sua diplomacia, Morsi fez um apelo a Turquia, Arábia Saudita e Irã para que se juntassem ao Egito em um esforço para debelar a crise na Síria, negociando o fim do conflito sem intervenção externa à região).

O equilíbrio primário se daria entre os países do Oriente Médio. O primeiro país que o presidente egípcio visitou, passados apenas dez dias de sua posse, foi a Arábia Saudita. A visita não só tranquilizou a monarquia em relação ao cumprimento dos tratados e acordos internacionais assinados pelo Egito – incluindo Camp David -, mas também resultou em um empréstimo de US\$ 1 bilhão e US\$ 500 milhões em assistência (WENPING, 2012).

O equilíbrio secundário seria entre a China e os EUA. Logo após a vitória apertada de Morsi nas eleições presidenciais do Egito, Barack Obama, enviou um telegrama a Morsi parabenizando-o por sua vitória e estendendo um convite para que ele visitasse os EUA em setembro. Dias após a posse de Morsi, a Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, fez uma breve visita ao Egito e encontrou-se com o novo presidente. Além das promessas de que os EUA apoiariam a transição do Egito para um governo democrático, Clinton também reiterou oferta de US\$ 1 bilhão em alívio da

dívida dos EUA, e ofereceu US\$ 250 milhões em garantias de crédito comercial, além de um fundo de investimento de US\$ 60 milhões. No entanto, Morsi colocou a visita à China em primeiro lugar, atribuindo grande importância às relações bilaterais (WENPING, 2012).

Do ponto de vista econômico, Morsi precisava da ajuda chinesa para impulsionar a economia egípcia e sua indústria do turismo. Do ponto de vista estratégico, o Egito também precisava da China para reposicionar seu papel no Oriente Médio e no cenário mundial. Ao melhorar os laços com Pequim, o Egito poderia obter mais espaço de manobra para superar o excesso de dependência dos EUA e gradualmente desenvolver uma política externa totalmente independente (WENPING, 2012).

Em agosto de 2012, o governo egípcio solicitou formalmente um empréstimo de US\$ 4,8 bilhões ao Fundo Monetário Internacional (SALEH; WERR, 2012). Ao longo do primeiro semestre de 2013, todavia, o Cairo apresentou resistência às condicionalidades do empréstimo proposto pela instituição financeira internacional, que incluíam, entre outras cláusulas, cortes nos subsídios sobre alimentos e combustíveis. O governo de Morsi acabou não concluindo o acordo com o FMI, em um processo de negociação que se estendeu por vários meses, valendo-se dos empréstimos concedidos por países como a China (US\$ 200 milhões) (AL-YOUM, 2012), a Líbia (US\$ 2 bilhões) e o Catar (US\$ 3 bilhões), para combater a profunda crise econômica e a redução das reservas internacionais do país (YAHIA, 2013, TAYLOR; PERRY, 2013).

A derrubada de Mohamed Morsie a projeção de Abdel Fatah al-Sisi

No dia 30 de junho de 2013, data em que o governo de Mohamed Morsi completou um ano, diversos protestos eclodiram no Egito devido à insatisfação popular com a continuidade da situação de deterioração econômica do país e a controvérsias acerca de medidas que concentraram o poder nas mãos do presidente e de membros da Irmandade Muçulmana. À medida que mais pessoas se concentravam na Praça Tahrir, as Forças Armadas rapidamente impuseram um ultimato de 48 horas para que Morsi respondesse às demandas populares e propusesse um plano para resolver a crise política

na qual o país se encontrava. O presidente eleito rejeitou o ultimato e, quando o prazo imposto pelos militares expirou, ele foi derrubado e preso no dia 3 de julho.

Após o golpe, que não foi oficialmente reconhecido como tal pelos EUA⁶, AdlyMansour, um juiz da Suprema Corte Constitucional do Egito, assumiu a presidência interina, e al-Sisi - que teve papel central na derrubada de Morsi - manteve o cargo de ministro da Defesa e foi nomeado vice-primeiro-ministro. Diversos membros da Irmandade Muçulmana foram presos e o grupo foi banido. Protestos pró-Morsi passaram a ser reprimidos com violência e o presidente derrubado espera por julgamento (EL DEEB, 2013). Todavia, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Arábia Saudita já se comprometeram em conceder US\$ 12 bilhões em pacotes de assistência ao novo governo egípcio, demonstrando o seu apoio (DARAGAH, 2013). O governo do Catar, ao contrário, recusou-se a renovar seu empréstimo, que já está sendo cobrado dos cofres egípcios (AB, 2013).

O presidente deposto é acusado e deve ser julgado por diversos crimes, entre eles: incitação de apoiadores a cometerem atos de violência contra manifestantes durante os protestos diante do palácio presidencial em dezembro de 2012, assassinato de policiais quando sua fuga da prisão durante o levante contra o presidente Mubarak em 2011, conspiração com organizações estrangeiras (Hamas e Hezbollah) para cometer atos de terrorismo e insulto ao Judiciário. Os processos referentes às três primeiras acusações já foram iniciados, mas as audiências têm sido frequentemente adiadas e ainda não há nenhuma sentença estabelecida (NABIL, 2014).

Nos dias 14 e 15 de janeiro de 2014, foi realizado o referendo popular que aprovou uma nova Constituição para o Egito. Com participação de 38,6% dos votantes registrados, o referendo registrou 98,1% de votos “sim”. A votação, todavia, ocorreu em meio a embates das forças de segurança e opositoristas, sobretudo membros da

⁶ De acordo com a legislação estadunidense, a concessão de assistência para outro país deve cessar se a administração dos EUA considerar que seu governo sofreu um golpe de Estado. Após meses sem realizar cortes na sua assistência ao Egito, apesar da derrubada do presidente eleito, no início de outubro, o governo dos EUA resolveu suspender a entrega de armamentos e material militar, além de US\$ 260 milhões em assistência ao governo egípcio. Todavia, os EUA não declararam considerar que o que ocorreu no Egito foi um golpe, pois, apesar de Washington querer ser visto como um defensor da democracia e dos direitos humanos, o Egito é um parceiro vital no Oriente Médio e é fundamental demonstrar apoio aos militares egípcios (MOHAMMED; ZENGERLE, 2013).

Irmandade Muçulmana. Na porção Sul do país - reduto de grupos islâmicos – menos votantes compareceram às urnas em comparação a 2012; o entusiasmo em relação à votação, portanto, diferiu fortemente entre o Norte e o Sul do país (KINGSLEY, 2014). O Secretário de Estado estadunidense, John Kerry, assumiu um discurso mais duro na ocasião, declarando estar preocupado com a lisura do referendo, contrastando com sua declaração em agosto de 2013, quando afirmou que, por meio da derrubada de Morsi, os militares estariam “restaurando a democracia”.

As relações do Egito com os EUA sofreram um estremecimento desde o corte de US\$ 260 milhões no orçamento geral da assistência e da suspensão da entrega de caças F-16, mísseis Harpoon, partes de tanques M1A1 e helicópteros Apache em outubro de 2013. A entrega foi condicionada ao “progresso em direção a um governo civil inclusivo, eleito democraticamente por meio de eleições livres e justas”, de acordo com JenPsaki, porta-voz do Departamento de Estado dos EUA (ACKERMAN; BLACK, 2013). O governo de Obama buscou, assim, demonstrar desaprovação em relação à violenta repressão do governo aos apoiadores do presidente deposto, mas sem adotar um discurso muito forte, visando a não prejudicar a importante aliança com o Egito. Nesse sentido, a assistência destinada a programas de contraterrorismo e à proteção das fronteiras e do Sinai foi mantida.

No entanto, observou-se uma reação egípcia aos cortes na ajuda e ao relativo distanciamento estadunidense. O ministro da Defesa e provável candidato às eleições presidenciais, al-Sisi, passou a perseguir uma aproximação com a Rússia. O governo russo, por sua vez, busca retomar o papel, que desempenhava durante a Guerra Fria, de um fornecedor confiável de armas ao país árabe, além de contrabalançar a presença dos EUA na região. Nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2014, al-Sisi realizou uma visita a Moscou para se encontrar com o presidente russo, Vladimir Putin, e discutir a cooperação bilateral nas áreas de segurança, economia e comércio. Na ocasião, Putin declarou seu apoio a candidatura – ainda não confirmada – de al-Sisi à presidência do Egito (PUTIN..., 2014).

A visita teria servido também para concluir um acordo de fornecimento de armas, incluindo sistemas de defesa antiaérea, que vem sendo negociado desde

novembro, quando da visita dos ministros russos de Relações Exteriores, Sergei Lavrov, e da Defesa, Sergei Shoigu, ao Cairo. O acordo, avaliado em cerca de US\$ 2 bilhões, deverá ser financiado pela Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, segundo o jornal egípcio, Al-Masry Al-Youm (PUTIN..., 2014, KSA..., 2014).

Parece precipitado considerar que essa aproximação da Rússia representa uma mudança estratégica em relação à aliança com os EUA – tanto porque o Egito ainda é fortemente dependente da assistência de Washington e de seus aliados no Oriente Médio, quanto porque ainda não há uma data precisa, nem candidatos definidos para as eleições presidenciais a serem realizadas este ano (ainda que al-Sisi seja um favorito, caso apresente candidatura). Muitos analistas veem a iniciativa egípcia de aproximação entre Cairo e Moscou meramente como uma demonstração aos EUA de que o Egito tem alternativas em termos de parcerias para questões militares; o governo de Barack Obama, por sua vez, permanece cético em relação a uma reorientação estratégica da política externa egípcia em direção ao Oriente, com prejuízo à aliança (NASSER, 2014).

Todavia, fica claro o interesse russo em explorar a percepção nos países árabes de que estaria havendo um enfraquecimento da influência dos EUA na região, na esteira da retirada do Iraque, da retirada do Afeganistão a ser concluída este ano e da abordagem hesitante de Washington em relação ao conflito sírio. Segundo Nasser (2014), é a preservação ou o abandono dos compromissos do Egito que servem como base da aliança com os EUA⁷ que irá determinar de forma decisiva se a retomada dos laços com a Rússia traz consigo uma reorientação estratégica ou não. Nesse sentido, é importante acompanhar os desdobramentos da aparente aproximação entre Egito e Rússia, além dos resultados nas eleições presidenciais a serem realizadas neste ano, pondo fim à transição para um governo democraticamente eleito propugnada pelos EUA.

⁷ O respeito ao Tratado de Paz de Camp David; a manutenção da Força Multinacional de Observadores no país; a manutenção de um Sinai desmilitarizado; a manutenção das exportações de gás para Israel; o isolamento do Hamas; a resistência aos esforços do Irã de expandir sua influência; a resistência à Al-Qaeda; e a manutenção do Canal de Suez aberto.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, Spencer; BLACK, Ian. US trims aid to Egypt as part of diplomatic 'recalibration'. **The Guardian**, 9 Oct. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2013/oct/09/obama-cuts-military-aid-egypt>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

AL-YOUM, Al-Masry. Multi-million dollar loan from China due to arrive in National Bank. **EgyptIndependent**, 03 Sept. 2012. Disponível em: <<http://www.egyptindependent.com/news/multi-million-dollar-loan-china-due-arrive-national-bank>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

ARABIAN BUSINESS (AB). Egypt Central Bank returns \$500m deposit to Qatar, Dubai, 5Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.arabianbusiness.com/egypt-central-bank-returns-500m-deposit-qatar-525186.html>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

CIEZADLO, Annia. Let Them Eat Bread: How Food Subsidies Prevent (and Provoke) Revolutions in the Middle East. **Foreign Affairs**, Tampa, 23 Mar. 2011. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/67672/annia-ciezadlo/let-them-eat-bread>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

COOK, Steven A. Contingency Planning Memorandum n. 4: Political Instability in Egypt. **Council on Foreign Relations**, New York, Aug. 2009. Disponível em: <<http://www.cfr.org/egypt/political-instability-egypt/p19696>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

DARAGAH, Borzou. Egypt to put IMF loan talks on back burner. **Financial Times**, London, 15 Jul. 2013. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/e8901092-ed3a-11e2-ad6e-00144feabdc0.html#axzz2kQFXFC4>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

DR. MORSI'S ELECTORAL PROGRAM. General Features of Nahda (Renaissance) Project. Cairo: **IKHWANWEB**, 2012. Disponível em: <<http://www.ikhwanweb.com/article.php?id=29932>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

EGYPT'S ISLAMIST PARTIES WIN ELECTIONS TO PARLIAMENT, **BBC**, London, 21 Jan. 2012. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-16665748>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

EL DEEB, Sarah. Mohammed Morsi Trial: Judge Adjourns Proceedings Until Jan. 8. **Huffington Post**, London, 4 Nov. 2013. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/2013/11/04/mohammed-morsi-trial_n_4210727.html>. Acesso em: 15 fev. 2014.

EL SHARNOUBI, Osman. Egypt's President Morsi in power: A timeline (Part I). **Ahram Online**, 28 jun. 2013. Disponível em: <<http://english.ahram.org.eg/News/74427.aspx>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

HAMID, Shadi. **Resolving America's Islamist Dilemma: Lessons From South and Southeast Asia.** New York: Century Foundation Report, 2008. Disponível em: <http://iis-db.stanford.edu/pubs/22529/Hamid_report_10-30-08.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2014.

HAMID, Shadi. *The Rise of the Islamists: How Islamists Will Change Politics, and Vice Versa.* *Foreign Affairs*, May/June, 2011. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/67696/shadi-hamid/the-rise-of-the-islamists>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

KINGSLEY, Patrick. Egypt's new constitution gets 98% 'yes' vote. **The Guardian**, 18 Jan. 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2014/jan/18/egypt-constitution-yes-vote-mohamed-morsi>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

KSA, UAE TO FINANCE RUSSIAN ARMS DEAL WITH EGYPT. **EgyptIndependent**, Cairo, 7 Feb. 2014. Disponível em: <<http://www.egyptindependent.com/news/ksa-uae-finance-russian-arms-deal-egypt>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

LAUB, Zachary. Egypt's Muslim Brotherhood. **Council on Foreign Relations**, New York, 4 Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.cfr.org/egypt/egypts-muslim-brotherhood/p23991>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

MOHAMMED, Arshad, ZENGERLE, Patricia. Exclusive - U.S. quietly observes coup law on Egypt aid, but shuns term. **Reuters**, New York, 12 Oct. 2013. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/article/2013/10/12/uk-usa-egypt-aid-idUKBRE99B00420131012>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

MORSY, Mohamed. Statement of H.E. Dr. Mohamed Morsy President of the Arab Republic of Egypt before the 67th Session of the General Assembly of the United Nations. New York, 26 Sept. 2012. Disponível em: <http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/67/EG_en.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2014.

NABIL, Sally. Lawyers for Egypt's Morsi walk out of latest trial, **BBC**, London, 16 Feb. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-26214732>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

NASSER, Nicola. Egyptian Historic Breakthrough with Russia, Not a Strategic Shift Yet. **The PalestineChronicle**, MountlakeTerrace, 21 Feb. 2014. Disponível em:

<<http://www.palestinechronicle.com/egyptian-historic-breakthrough-with-russia-not-a-strategic-shift-yet/#.UwpmHvnxqsi>>. *Acesso em: 21 fev. 2014.*

OSMAN, Tarek. **Egypt on the Brink**: From the rise of Nasser to the fall of Mubarak. New Haven: Yale University Press, 2010.

ÖZKAN, Mehmet. Egypt's Foreign Policy under Mohamed Morsi. *OrtadoguAnaliz*, v. 5, n. 51, 2013, p. 10-18. Disponível em: <<http://works.bepress.com/mehmetozkan/166>>. *Acesso em: 15 fev. 2014.*

PUTIN SUPPORTS SISI'S BID FOR EGYPT PRESIDENCY. **Al Arabiya**, Dubai, 13 Feb. 2014. Disponível em: <<http://english.alarabiya.net/en/News/middle-east/2014/02/13/Egypt-s-Sisi-negotiates-arms-deal-in-Russia.html>>. *Acesso em: 15 fev. 2014.*

SALEH, Yasmine, WERR, Patrick. Egypt formally requests US\$4.8 bil. IMF loan. **The China Post**, Beijing, 23 Aug. 2012. Disponível em: <<http://www.chinapost.com.tw/business/middle-east/2012/08/23/351943/Egypt-formally.htm>>. *Acesso em: 15 fev. 2014.*

SHALABI, Al-Sayed Amin. **Has Egypt's Foreign Policy Changed?**. Cape Town: SAFPI, 14 Jun. 2013. Disponível em: <<http://www.safpi.org/news/article/2013/has-egypt-s-foreign-policy-changed>>. *Acesso em: 15 fev. 2014.*

SORENSEN, David S. Transitions in the Arab World: Spring or Fall? David S. Sorenson. **StrategicStudiesQuarterly**, Fall 2011. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA549025>>. *Acesso em: 15 fev. 2014.*

STAMBOLIYSKA, Rayna. Egypt's Constitutional Referendum Results. **Jadaliyya**. Dec. 25 2012. Disponível em: <<http://www.jadaliyya.com/pages/index/9234/>>. *Acesso em: 15 fev. 2014.*

TAYLOR, Paul; PERRY, Tom. Egypt stalls on IMF terms, no deal seen: diplomats. **Reuters**, New York, 14 Apr. 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/04/14/us-egypt-imf-idUSBRE93D02P20130414>>. *Acesso em: 15 fev. 2014.*

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Geopolitics of Arab Turmoil**. Doha: Al Jazeera Center for Studies Reports, 27 set. 2012. Disponível em: <<http://studies.aljazeera.net/en/reports/2012/09/201292794341783224.htm>>. *Acesso em: 15 fev. 2014.*

WENPING, He. The Balancing Act of Morsi's Foreign Policy. *China-U.S. Focus, Hong Kong*, 12 Sept. 2012. Disponível em: <<http://www.chinausfocus.com/foreign-policy/the-balancing-act-of-morsis-foreign-policy/>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

YAHIA, Marwa. News Analysis: Qatari, Libyan loans likely to boost Egypt's ailing economy. **Xinhua News**, Beijing, 12 Apr. 2013. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/indepth/2013-04/12/c_132303602.htm>. Acesso em: 15 fev. 2014.

RESUMO

Esta análise de conjuntura tem por objetivo examinar as linhas de transformação e continuidade - nos âmbitos doméstico e externo - no Egito desde os eventos da Primavera Árabe. Desde 2011, o país teve dois presidentes derrubados e sofreu profundas mudanças do ponto de vista político e social, mas há aspectos estruturais do cenário político egípcio que se mantiveram inalterados.

PALAVRAS-CHAVE

Egito; Primavera Árabe, Morsi; al-Sisi.

ABSTRACT

This situational analysis aims to examine the paths of transformation and continuity - in both domestic and international levels - in Egypt since the events of the Arab Spring. Since 2011, two presidents have been overthrown and the country has suffered deep changes in political and social terms, but there are structural aspects of the Egyptian political scene that have remained unchanged.

KEYWORDS

Egypt; Arab Spring; Morsi; al-Sisi.

*Artigo recebido dia 15 de fevereiro de 2014.
Aprovado em 17 de fevereiro de 2014.*